

Economia seria de Cr\$ 5 trilhões

O empresário financeiro Adolpho de Oliveira disse ontem que "os executores da política econômica brasileira vêm exagerando nos erros desde 1979 e voltarão a errar se para combaterem a inflação e os efeitos da maxidesvalorização sobre a economia realizarem expurgos sobre o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e sobre a correção monetária".

Segundo o empresário, Diretor da Corretora Adolpho de Oliveira e Associados, para reduzir o déficit público e neutralizar, em parte, os efeitos desastrosos da máxi, o necessário não é fazer expurgos sobre os salários e a poupança, mas sim expurgar a correção cambial incidente sobre os depósitos em moedas estrangeiras no Banco Central (res. 432) e sobre a remuneração das Obrigações Reajustáveis do Tesouro Nacional, adotando temporariamente o duplo câmbio.

O Governo, com esta medida, explicou ele, obteria uma redução no déficit fiscal de cerca de Cr\$ 5 trilhões — bem superior à redução visada pelo pacote econômico, de Cr\$ 2,5 trilhões — "já que a causa básica do prejuízo público, ou seja, dos vazamentos dos recursos governamentais, é a responsabilidade do Tesouro com a 432 e com o serviço da dívida pública interna".

Essa responsabilidade, em dezembro de 82, de acordo com Adolpho de Oliveira, estava em Cr\$ 10,4 trilhões (Cr\$ 7,8 tri-

lhões de dívida em Letras do Tesouro Nacional e ORTNs e Cr\$ 2,6 trilhões em depósitos no Banco Central).

Com a máxi — "um outro grande engano realizado pelas autoridades brasileiras, que mais uma vez agiram de forma impensada, sem levar em conta as peculiaridades da economia do País" — chegará no final deste ano em Cr\$ 25,8 trilhões (Cr\$ 19 trilhões de dívida e Cr\$ 6,8 trilhões de depósitos na 432).

Mas, se ao invés da correção cambial, fosse a correção monetária que remunerasse os depósitos em moedas estrangeiras no Banco Central e as ORTNs, chegaria a Cr\$ 21,9 trilhões e o Governo economizaria Cr\$ 4,6 trilhões.

A resolução nº 432, para o empresário, mereceria até mesmo uma medida mais radical do que o expurgo sobre a correção cambial. Deveria ser totalmente eliminada, com o Governo congelando os depósitos e assumindo a dívida diante dos credores estrangeiros. Quanto às ORTNs cambiais, ele também considera que não mais deveriam ser emitidas pelo Banco Central.

B R I N C A N D O D E C H I C O T E - Q U E I M A D O

Na opinião de Adolpho, enquanto o Governo continuar a responsabilizar os salá-

rios e a correção monetária pela elevação da inflação, estará brincando de chicote-queimado, mas permanecendo "frio ao invés de quente".

O que mais realimenta a inflação brasileira, segundo ele, é o serviço da dívida pública, hoje totalmente concentrada em ORTNs com correção cambial, e a resolução nº 432 do Banco Central.

— Se os salários sofrerem expurgos, a classe média, que já está bem empobrecida, ficará mais empobrecida ainda. Se a poupança sofrer expurgos, as cadernetas se esvaziarão e o Sistema Financeiro da Habitação passará por uma crise ainda mais intensa do que a que vem atravessando. O que tem que ser expurgado é o capital. Ou seja, os rendimentos das instituições financeiras e das empresas que aplicavam em ORTNs cambiais e deixaram depositados no Banco Central os cruzeiros correspondentes aos dólares que tomaram junto aos bancos ou no exterior — afirmou.

O que não pode continuar a acontecer, observou, é "o Governo ficar tentando sempre tapar o buraco de caixa e não se preocupar em saber o que furou a caixa". Esses "tampões improvisados sempre resultam em medidas que fazem com que a maioria perca muito, um poucos continuem a deixar de ganhar e pouquíssimos continuem a enriquecer sem parar".